



FORNOS DE
ALGODRES
MUNICÍPIO

**Anexo ao Balanço
e à Demonstração de Resultados**

[Handwritten signatures and initials]

Descrição do documento de prestação de contas - SNC-AP integral	
Demonstrações financeiras (individuais)	
Balanço	NCP 1
Demonstração de resultados por natureza	NCP 1
Demonstração das alterações no património líquido	NCP 1
Demonstração dos fluxos de caixa	NCP 1
Anexo às demonstrações financeiras	NCP 1
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	Q1 - Desagregação de caixa e depósitos
2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Q2 - Reexpressão retrospectiva
3. Ativos intangíveis	Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período Q 3.2A - AI - desagregação das adições Q 3.2B - AI - desagregação das diminuições Q 3.3 - Excedentes de revalorização
4. Acordos de concessão de serviços: concedente	Q4 - Contratos concessão (concedente)
5. Ativos fixos tangíveis	Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período Q 5.2A - AFT - desagregação das adições Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições Q 5.3 - Excedentes de revalorização
6. Locações	Q 6.1 - Locações financeiras - Locatário Q 6.2 - Locações operacionais - Locatário Q 6.3 - Locações financeiras - Locador Q 6.4 - Locações operacionais - Locador
7. Custos de empréstimos obtidos	Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários
8. Propriedades de investimento	Q 8.1 - PI (modelo justo valor) - quantia escriturada e movimentos do período Q 8.2 - PI (modelo do custo) - quantia escriturada e movimentos do período Q 8.1A - PI (modelo justo valor) - desagregação das adições Q 8.2A - PI (modelo do custo) - desagregação das adições Q 8.1B - PI (modelo justo valor) - desagregação das diminuições Q 8.2B - PI (modelo do custo) - desagregação das diminuições
9. Imparidade de ativos	Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa
10. Inventários	Q10.1 - Inventários
11. Agricultura	Q10.2 - Inventários: movimentos do período
12. Contratos de construção	Q11.1 - Agricultura (variações)
13. Rendimento de transações com contraprestação	Q12.1 - Contratos de construção
14. Rendimento de transações sem contraprestação	-
15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Q14.1 - Rendimentos sem contraprestação Q15.1 - Provisões
16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	-
17. Acontecimentos após a data de relato	-
18. Instrumentos financeiros	Q18.1 - Ativos financeiros Q18.2 - Passivos financeiros Q18.3 - Instrumentos de cobertura de riscos Q18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital
19. Benefícios dos empregados	Q19.1 - Valor presente da obrigação de benefícios definidos Q19.2 - Justo valor dos ativos do plano e dos direitos de reembolso reconhecidos como ativo Q19.3 - Gastos reconhecidos no período
20. Divulgações de partes relacionadas	Q 20.1 - Listagem de entidades controladas Q 20.2 - Transações entre partes relacionadas
21. Relato por segmentos	-
22. Interesses em outras entidades	-
Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 14	Norma Técnica 1/2017
Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 13	Norma Técnica 1/2017
Demonstrações financeiras previsionais	
Balanço previsional	NCP 1
Demonstração de resultados por natureza previsional	NCP 1
Demonstração dos fluxos de caixa previsional	NCP 1
Demonstrações orçamentais	
Demonstrações previsionais	
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	NCP 26
Plano plurianual de investimentos (PPI)	NCP 26
Demonstrações de relato (Individuais)	
Demonstração de desempenho orçamental	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da receita	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP 26
Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos	NCP 26
Anexo às demonstrações orçamentais	NCP 26
1. Alterações orçamentais da receita	NCP 26
2. Alterações orçamentais da despesa	NCP 26
3. Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP 26
4. Operações de tesouraria	NCP 26
5.1 Contratação administrativa - situação dos contratos	NCP 26
5.2 Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	NCP 26
6.1 Transferências e subsídios concedidos	NCP 26
6.2 Transferências e subsídios recebidos	NCP 26
7. Outras divulgações	NCP 26
Dívidas e terceiros por antiguidade dos saldos	Norma Técnica 1/2017
Encargos contratuais	Norma Técnica 1/2017
Contabilidade de gestão	
Relatórios periódicos de relato à gestão (parágrafo 33 NCP 27)	NCP 27
Relatório de gestão (parágrafo 34 NCP 27) se a informação não estiver incluída em outro documento de prestação de contas	NCP 27
Outros	
Correspondência entre o plano de contas local e plano de contas central	Norma Técnica 1/2017



Demonstrações Financeiras

1 – Balanço

Município de Fornos de Algodres		Balanço a 31.12.2022	
Rubricas	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	0/5	37 073 740,46	32 885 085,20
Propriedades de Investimento	0/8		58 167,80
Ativos Intangíveis	0/3	312 473,16	39 425,97
Participações Financeiras	18.2.2	417 579,00	417 579,00
		37 803 792,62	33 400 257,97
Ativo Corrente			
Inventários	10	6 989,35	7 202,67
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0/18.2.1	57 377,37	58 626,55
Clientes, contribuintes e utentes	0/9/18.2.1	112 587,10	113 158,64
Estado e outros entes públicos	23.2	7 307,28	6 215,52
Outras contas a receber	18.2.1	973 759,53	859 570,48
Diferimentos		17 487,53	7 472,28
Caixa e Depósitos	0/1.c)	893 585,60	1 374 884,30
		2 069 093,76	2 427 130,44
Total do Ativo		39 872 886,38	35 827 388,41
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Património / Capital	23.3	3 901 527,41	3 901 527,41
Resultados Transitados	0/23.3	(6 573 911,51)	(6 499 488,41)
Outras Variações no Património Líquido	0/23.3	13 775 993,45	8 506 028,05
Resultado Líquido do Período	23.3	(486 237,04)	151 945,75
Total do Património Líquido		10 617 372,31	6 060 012,80
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15/18.2.1	2 354 349,13	2 280 668,13
Financiamentos Obtidos	18.2.1	25 453 313,73	26 159 912,97
Outras Contas a Pagar	18.2.1	132 631,35	106 402,47
		27 940 294,21	28 546 983,57



Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		1 116,53	4 729,00
Fornecedores	18.2.1	41 144,82	13 425,40
Estado e outros entes públicos	0 / 18.2.1 / 23.2	35 336,94	41 334,66
Financiamentos Obtidos	18.2.1	706 599,24	706 599,24
Fornecedores de Investimentos	18.2.1	98 771,42	4 2019,44
Outras contas a pagar	0 / 18.2.1	432 250,91	450 084,30
Diferimentos	0	0,00	0,00
		1 315 219,86	1 220 392,04
Total do Passivo		29 255 514,07	29 767 375,61
Total do Património Líquido e Passivo		39 872 886,38	35 827 388,41

2 - Demonstração de Resultados por Natureza

Município de Fornos de Algodres	Demonstração dos Resultados			
	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, Contribuições e Taxas	13 / 14		997 091,87	946 739,02
Vendas	13		2 915,28	41,50
Prestações de Serviços e Concessões	13		310 156,35	272 583,65
Rendimentos / Gastos imputados de entidades controladas, associadas			0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14		5 505 263,20	5 116 462,15
Custos das mercadorias vendidas e das materiais consumidas			(238 864,36)	(231 811,07)
Fornecimentos e Serviços Externos	23.4		(2 561 930,06)	(1 877 063,96)
Gastos com Pessoal	19.1		(2 550 308,12)	(2 510 970,30)
Transferências e Subsídios concedidos	18.2.3		(695 754,04)	(586 221,67)
Prestações Sociais				(10 612,65)
Provisões (aumentos/reduções)	14 / 15		(21 697,07)	(112 570,03)
Outros rendimentos	13		1 464 224,20	1 901 912,69
Outros gastos			(5 563,74)	(102 681,77)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			2 205 533,51	2 805 807,56
Gastos / Reversões de depreciação e amortização	3 / 5 / 8		(2 292 064,97)	(2 179 175,07)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)			(86 531,46)	626 632,49
Juros e rendimentos similares obtidos	13		0	2 875, 54
Juros e gastos similares suportados			(399 705,58)	(477 562,28)
Resultado antes de impostos			(486 237,04)	151 945,75
Imposto sobre o rendimento				
Resultado Líquido do Período			(486 237,04)	151 945,75



3 - Demonstração das Alterações ao Património Líquido

Ver documento no Anexo I

4 - Demonstração de Fluxos de Caixa

Ver documento no Anexo II

5 - Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitórias

As demonstrações financeiras de 2020 foram as primeiras apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), em que se referiu:

a) A forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados:

O impacto resultante da transição do anterior normativo (POCAL) para as NCP, não afetou significativamente, a posição financeira do Município de Fornos de Algodres, nem o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

b) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores:

O processo de reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, foi feito de modo a assegurar o cumprimento das NCP, em particular as normas sobre os ativos tangíveis e intangíveis.

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período:

Não aplicável em conformidade com o manual de implementação do sistema de normalização contabilística da Administração Pública.

d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o nota 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP):



Na sequência do disposto na alínea b) não foram desenvolvidos quaisquer procedimentos de reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura.

- e) *Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável):***

Não aplicável a correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo o POCAL.

- f) *Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas:***

Conforme referido anteriormente estas são as primeiras declarações financeiras apresentadas de acordo com as NCP, não obstante a existência de algumas derrogações em sede de implementação do atual normativo contabilístico.

De referir que na transição para o SNP foram efetuadas, num primeiro momento, a transição e classificação no sistema contabilístico das equivalências entre planos, a 31/12/2019, e, posteriormente, a transferência e reconversão de contas de acordo com o CC 2 – Classificador Complementar, que configura o Balanço de Abertura a 01/01/2020.

Nos investimentos em curso foram reconhecidas no SNP, todas as obras que cursaram de anos anteriores (POCAL – Conta 445) por conta de “Saldos Iniciais” a 31/12/2019.

Procedeu-se ao levantamento / desreconhecimento dos bens que não acarretam benefícios económicos para o Município, nomeadamente licenças e softwares de computadores registados na conta “Programas de computador de informação”, nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis).

Por fim, o processo de reconciliação do Balanço de Abertura do SNC-AP a 01/01/2020, que deriva dos ajustamentos de transição do referencial contabilístico do POCAL a 31/12/2019 para o SNC-AP, teve como estratégia implementar o SNC-AP, de uma forma consistente e fidedigna.

Assim, da conversão do POCAL para o SNC-AP, dá-se destaque às seguintes situações que são impactantes na leitura das demonstrações financeiras:

- 1) No que concerne aos ativos fixos tangíveis, e tal como se referenciou anteriormente, o imobilizado em curso estava inscrito nas demonstrações financeiras do POCAL, mas não era parte do Sistema de Inventário e Cadastro (SIC) agora renomeado SNP (Sistema de

Handwritten initials and a signature in blue ink, including a large 'M' at the bottom.

Normalização do Património). Com isto, no processo de transição entre referenciais contabilísticos houve a necessidade de reapreciar todos os investimentos em cursos relevados à luz do POCAL, e verificar se os mesmos reuniam condições de serem reconhecidos à luz do SNC-AP.

- 2) Do processo de reconciliação do balanço de abertura, foram analisados todos os proveitos diferidos reconhecidos à luz do POCAL, relativamente à existência de eventuais condições objetivas, caso que não se verificou.
- 3) Foram considerados na rúbrica de outras variações no património líquido a totalidade dos subsídios ao investimento qualificados pelos serviços como subsídios sem condições.

Os principais ajustamentos decorrentes da transição para o SNC-AP, foram reconhecidos na conta 564 – Ajustamentos de Transição, nomeadamente atualização das vidas úteis dos AFT e conta 59 – Outras variações no capital próprio – subsídios ao investimento.

Todos os movimentos decorreram da adoção pela primeira vez do SNC-AP, designadamente nos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e diferimentos (subsídios ao investimento – nota 18.2.1) que tiveram contrapartida no património líquido, na rubrica de outras variações no património líquido.

Para efeitos da adoção da NCP 14 à data de transição para o SNC-AP, foram analisados os saldos transitados da conta 274 – Subsídios ao Investimento (POCAL) foram reclassificados cerca de 9.565.833€ para outras variações no património líquido (conta 593 - Transferências e subsídios de capital) qualificados pelos serviços como subsídios sem condições.

FF
M

Quadro 1 A – Reconciliação para Balanço de Abertura do SNC-AP (2020 até 01/01/2020)

RUBRICAS	NOTAS	Valores conforme POC em 31/12/2019 (1)	Reconhecimento (2)	Desconhecimento (3)	Critério de mensuração (4)	Imparidades/reversões (5)	Outros (6)	Retificações (7)	Reclassificações (8)	SNC-AP em 01/01/2020 (9)=(1)+...+(8)
ATIVO										
ATIVOS NÃO CORRENTES										
Ativos fixos tangíveis		33 317 134,04							-394 494,99	32 922 639,05
Propriedades de investimento		0,00							163 620,92	163 620,92
Ativos intangíveis		116 131,33						-3 118,46	-106 388,55	6 624,32
Participações financeiras		417 579,00								417 579,00
Sub total		33 850 844,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 118,46	-337 262,62	33 510 463,29
ATIVOS CORRENTES										
Inventários		7 940,18								7 940,18
Devedores por transferências e subsídios		58 769,52							-164,14	58 605,38
Clientes, contribuintes e utentes		104 315,14							164,13	104 479,27
Estado e outros entes públicos		979,72								979,72
Outras contas a receber		878 450,39								878 450,39
Diferimentos		24 964,45								24 964,45
Caixa e depósitos		534 130,62							0,01	534 130,63
Sub total		1 609 550,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 609 550,02
TOTAL DO ATIVO		35 460 394,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 118,46	-337 262,62	35 120 013,31

Handwritten signature and initials

Quadro 1 B –Balanço a 01 de Janeiro de2020

RUBRICAS	NOTAS	Valores conforme PGC em 31/12/2019	Reconhecimento	De reconhecime nto	Critério de mensurac,ão	Imparidades/revirões	Quor os	Retificaçõ es	Reclassificações	SNC-AP em 01/01/2020
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+...+(8)
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património/Capital		3 901 527,41								3 901 527,41
Resultados transitados		-8 250 004,62						-3 118,46	-337 262,62	-8 590 385,70
Outras variações no património líquido									9 565 833,01	9 565 833,01
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		-4 348 477,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 118,46	9 228 570,39	4 876 974,72
PASSIVO										
PASSIVO NÃO CORRENTE										
Provisões		2 577 099,86								2 577 099,86
Financiamentos obtidos		26 374 340,24								26 374 340,24
Outras contas a pagar		106 402,47								106 402,47
Sub total		29 057 842,57	0	0	0	0	0	0	0	29 057 842,57
PASSIVO CORRENTE										
Credores por transferências e subsídios concedidos										
Fornecedores		9 586,43								9 586,43
Estado e outros entes públicos		32 063,37							-10,79	32 052,58
Financiamentos obtidos		661 695,96								661 695,96
Fornecedores de investimentos		676,50								676,50
Outras contas a pagar		481 173,76							10,79	481 184,55
Diferimentos		9 565 833,01							-9 565 833,01	0,00
Sub total		10 751 029,03	0	0	0	0	0	0	-9 565 833,01	1 185 196,02
TOTAL DO PASSIVO		39 808 871,60	0	0	0	0	0	0	-9 565 833,01	30 243 038,59
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO		35 460 394,39	0	0	0	0	0	-3118,46	-337 262,62	35 120 013,31



O exercício de 2021 foi um ano de consolidação do novo normativo contabilístico, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e que entrou em vigor no exercício de 2020.

Contudo, apesar da generalidade das situações de ajustamento de transição se terem afigurado resolúveis no primeiro e segundo anos de implementação, verificamos existirem situações de maior complexidade que exigiram um período mais alargado para a completa adoção do novo referencial.

Esta mesma situação encontra-se prevista na FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), que prevê, em consonância com a International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33, a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Em concreto, não foi possível analisar com o rigor necessário, o enquadramento dos contratos de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado com a EDP – Distribuição de Energia, SA., no âmbito da NCP 4 – Acordos de concessão de serviços – concedente.

Ressalva-se que já foram efetuados contatos com a entidade em apreço, pelo que eventuais ajustamentos na classificação dos Ativos Fixos Tangíveis afetos a estas concessões serão objeto da devida e necessária análise durante o ano 2023.

Os principais ajustamentos decorrentes da transição para o SNC-AP, foram reconhecidos na conta 564 – Ajustamentos de Transição para o SNC-AP, nomeadamente atualização das vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis.

Em concreto no exercício de 2021 foram reformuladas e ajustadas todas as fichas do cadastro de imobilizado, incluindo as respetivas vidas úteis, tendo gerado um efeito líquido positivo de 1.712.361,40 euros reconhecido a crédito da referida conta 564.

Para além do referido, no âmbito da transição para o SNC-AP não foram efetuados quaisquer outros ajustamentos, designadamente no exercício de 2022.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1 – Identificação da Entidade e período de Relato - encontra-se parte no ANEXO III (caracterização da entidade) e no ANEXO IV (Organograma).

2 - Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas

[Handwritten signature and initials]

demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 195/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística – AP. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 2 – Desagregação de saldos

Conta	2022	2021
Caixa	2 861,37 €	237,76 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	759 024,41 €	1 269 543,28 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	131 699,82 €	105 103,26 €
Total	893 585,60 €	1 374 884,30 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e



foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e são apresentadas em euros.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam o previsto na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras.

2.1.1 – Apresentação apropriada em conformidade com a SNC-AP

As demonstrações financeiras apresentadas são o espelho fiel dos efeitos das transações, acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP. A aplicação das NCP, com divulgações adicionais quando necessário, resulta em demonstrações financeiras que permitem uma apresentação apropriada.

2.1.2 – Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Na execução das operações no decurso de 2020, e já no âmbito do SNC-AP, a promoção da informação comparativa nem sempre é possível, tendo em conta o critério das características da informação financeira custo/benefício, descrito na estrutura conceptual do SNC-AP, porém, a mesma consta nas notas às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

2.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação (sempre que possível), quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

2.1.4 – Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função.

Os itens não materiais individualmente, foram agregados com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras.

2.1.5 – Compensação

Nas demonstrações financeiras os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos são apresentados e

f
M

relatados separadamente, não havendo lugar a compensação.

2.1.6 – Continuidade

Quando se preparam demonstrações financeiras, deve ser feita uma avaliação da capacidade de uma entidade prosseguir em continuidade. Esta avaliação deve ser feita por quem é responsável pela aprovação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, não havendo quaisquer incertezas relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade da sua continuidade ou necessidade de redução ou liquidar atividades.

2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1 Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível do Município encontram-se mensurados pelo custo histórico, ou seja, aquele que decorre do valor de aquisição ou produção. Este valor é suportado pelo documento comprovativo da aquisição, nomeadamente (faturas, contratos, etc.).

2.2.2 Ativos intangíveis

À semelhança do referido anteriormente nos ativos tangíveis, todos os bens do ativo intangível encontram-se mensurados pelo seu custo, sendo que, com a entrada no Sistema de Normalização Contabilística SNC-AP, e nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis), procedeu-se ao levantamento dos bens que não acarretam benefícios económicos para o Município, nomeadamente licenças e softwares de computadores, uma vez que os mesmos haviam sido anteriormente classificados como ativos e não como gastos.

2.2.3 Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

2.3.4 Inventários

A mensuração de inventários é efetuada pelo custo de aquisição.

2.3.5 Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos



futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

2.3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- As contas dos clientes, contribuinte e utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.
- As dívidas de clientes, contribuinte e utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.
- As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Os montantes incluídos na rúbrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.
- As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rúbricas “Outras contas a receber e outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

2.3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes condições:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

2.3.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Quadro 3 - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades Acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	5 498,10	0,00	0,00	5 498,10
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	194 006,80	194 006,80	0,00	0,00	194 006,80	194 006,80	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	541 419,02	501 993,05	0,00	39 425,97	627 109,28	320 134,22	0,00	306 975,06
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	735 425,82	695 999,85	0,00	39 425,97	826 614,18	514 141,02	0,00	312 473,16

Quadro 4- Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	5 498,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 498,10
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	39 425,97	276 786,24	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 237,15	0,00	306 975,06
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	39 425,97	282 284,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 237,15	0,00	312 473,16

(Handwritten signatures and initials)

Quadro 5 - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessa- ão	Transf. Ou	Exprop.	Doação	Doação em Pagamento	Locação	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	5 498,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 498,10
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	276 786,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276 786,24
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0	282 284,34	0	0	0	0	0	0	0	0,00	282 284,34

Quadro 6 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título	Transferencia ou troca	Fusão, cisão, reest.	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No presente exercício de 2022 terminou o período de transição do normativo POCAL para o SNC-AP. Nessa medida o Município solicitou informação para efeitos de aplicação da NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços.

O Município tem em vigor acordo de concessão para o contrato de distribuição em baixa com a E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA, designadamente quanto à aplicação do Modelo de Atribuição de um direito ao concessionário, relativamente a novos ativos de concessão de serviços desenvolvidos pelo concessionário. No âmbito deste contrato foram entregues à exploração da concessionária os ativos fixos tangíveis exclusivamente afetos às atividades concessionadas, recebendo em troca rendas de concessão.

Após solicitação, o Município obteve informação por parte da Concessionária, no entanto não procedeu aos respetivos registos contabilísticos, conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, porquanto a informação proporcionada pela Concessionária não se apresenta detalhada e atualizada quanto a cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, localização, a data de aquisição, a descrição dos bens e o valor de compra.

Assim, e não existindo a informação suficiente e necessária à patrimonialização dos referidos bens e para a sua monitorização contabilística, não se procedeu ao reconhecimento contabilístico relativamente a estes bens.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Os custos de manutenção, conservação e reparação são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

De acordo com esta norma é evidenciado que estes devem ser reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e que o custo possa ser mensurado. Contudo, face à missão das entidades públicas, acresce que o reconhecimento de ativos fixos tangíveis pode nestes casos derivar do potencial do serviço associado ao bem, situação esta que se aplica aos bens de domínio público em curso do Município.

[Handwritten signature]
F
M

Na sequência do levantamento entre os bens imóveis descritos, efetuado a partir do sector do património e comparativamente com os registos contabilísticos dos exercícios anteriores, verificou-se que ainda existem imóveis que não têm registo na conservatória de registo predial e outros sem inscrição matricial. No entanto encontra-se em processo a regularização do registo na Conservatória do Registo Predial e inscrição matricial dos referidos bens.

Assim, em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 7 - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	991 335,90	238 054,16	0,00	753 281,74	991 335,90	252 720,40	0,00	738 615,50
Edifícios e outras construções	2 478 962,27	1 466 790,70	0,00	1 012 171,57	2 588 331,52	974 771,02	0,00	1 613 560,50
Infraestruturas	30 608 509,74	22 354 067,89	0,00	8 254 441,85	31 165 464,77	24 189 514,68	0,00	6 975 950,09
Património histórico, artístico e cultural	46 647,62	1 155,36	0,00	45 492,26	48 847,61	2 860,72	0,00	45 986,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	4 743 687,00	0,00	0,00	4 743 687,00	4 743 687,00	0,00	0,00	4 743 687,00
Edifícios e outras construções	23 791 336,27	7 868 336,10	0,00	15 923 000,17	29 515 491,00	9 296 861,21	0,00	20 218 629,79
Equipamento básico	1 126 188,84	871 406,85	0,00	254 781,99	1 246 541,26	1 028 532,66	0,00	218 008,60
Equipamento de transporte	1 631 349,80	1 404 877,10	0,00	226 472,70	1 633 686,80	1 474 918,00	0,00	158 768,80
Equipamento administrativo	624 488,47	472 365,54	0,00	152 122,93	637 912,24	580 882,07	0,00	57 030,17
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	518 134,79	485 043,07	0,00	33 091,72	518 424,81	493 864,09	0,00	24 560,72
Ativos fixos tangíveis em curso	1 486 541,27	0,00	0,00	1 486 541,27	2 278 942,40	0,00	0,00	2 278 942,40
TOTAL	68 047 181,97	35 162 096,77	0,00	32 885 085,20	75 368 665,31	38 294 924,85	0,00	37 073 740,46



Quadro 8 - Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	753 281,74	656,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-15 323,00	0,00	738 615,50
Edifícios e outras construções	1 012 171,57	542 252,09	102 917,90	0,00	0,00	0,00	-43 781,01	0,00	1 613 560,50
Infraestruturas	8 254 441,85	170 241,15	57 600,88	0,00	0,00	0,00	-1 505 262,34	-1 071,45	6 975 950,09
Património histórico, artístico e cultural	45 492,26	2 199,99	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 705,36	0,00	45 986,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	4 743 687,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 743 687,00
Edifícios e outras construções	15 923 000,17	4 858 410,53	0,00	0,00	0,00	0,00	-562 780,91	0,00	20 218 629,79
Equipamento básico	254 781,99	30 607,20	0,00	0,00	0,00	0,00	-67 380,59	0,00	218 008,60
Equipamento de transporte	226 472,70	2 337,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46 892,83	-23 148,07	158 768,80
Equipamento administrativo	152 122,93	13 423,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-28 343,47	-80 173,06	57 030,17
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	33 091,72	2 827,31	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 358,31	0,00	24 560,72
Ativos fixos tangíveis em curso	1 486 541,27	792 401,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 278 942,40
TOTAL	32 885 085,20	6 415 356,93	160 518,78	0,00	0,00	0,00	-2 282 827,82	-104 392,58	37 073 740,46

Quadro 9 – Adições

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	40 147,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 451,35	6 451,35
Infraestruturas	0,00	2 199,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130 093,78	170 241,15
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 199,99
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edif. e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edif. e outras construções	0,00	26 324,15	0,00	0,00	0,00	5 242 726,61	0,00	0,00	0,00	38 609,34	5 724 154,73
Equipamento básico	0,00	97 320,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 032,34	120 352,42
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 337,00	2 337,00
Equip. administrativo	0,00	9 942,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 480,86	13 423,77
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	290,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,02
Ativos fixos tang. em curso	0,00	792 401,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	792 401,13
TOTAL	0,00	968 625,65	0,00	0,00	0,00	5 242 726,61	0,00	0,00	0,00	204 004,67	6 415 356,93



Quadro 10 – Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferências a ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-1071,45	-1071,45
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 148,07	-23 148,07
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-80 173,06	-80 173,06
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-104 392,58	-104 392,58

No exercício de 2022, foram reconhecidos e mensurados em Ativos Fixos Tangíveis, os seguintes imóveis, pelos valores indicados, resultantes da concretização do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais dos equipamentos educativos transferidos para o Município, tudo de acordo com o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30/01. Para o efeito e conforme previsto no parágrafo 19 da NCP 5, os imóveis foram mensurados no reconhecimento inicial, pelo respetivo valor patrimonial tributário e reconhecidas depreciações desde a data de transferência de competências.

- Escola EB 2,3/S de Fornos de Algodres, no montante de 4.961.143,56€
- Pavilhão Gimnodesportivo, no montante de 698.077,68€

No que se refere aos equipamentos educativos, excluindo-se os equipamentos educativos que integram o património próprio da Parque Escolar, E.P.E., nos termos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, designadamente de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos tecnológicos e desportivos, encontrava-se em curso à data de encerramento de contas, o processo de inventariação, catalogação e mensuração, perspetivando-se a sua conclusão em 2023 e estimando-se que o valor global a ser reconhecido nas demonstrações financeiras, não seja materialmente relevante.”



Nota 6 - Locações

O Município não tem contratos de locação operacional.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Ver documento no Anexo V

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 11- Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Diff. Cambiais	Diminuições	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 12 - Adições: Modelo de Custo

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	TRF ou Troca	Doação, herança, legado	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, Reest.	Outras	
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Nota 9 – Imparidade de ativos

Quadro 13 – Imparidades de Ativos

Classe	Quantia Bruta	Perdas por imparidade acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	57 377,37	0,00	0,00	57 377,37
Clientes, contribuintes e utentes	137 716,20	25 129,10	0,00	112 587,10
Fornecedores	41 144,82	0,00	0,00	41 144,82
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	973 759,53	0,00	0,00	973 759,53
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 989,35	0,00	0,00	6 989,35
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	417 579,00	0,00	0,00	417 579,00
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	37 073 740,46	0,00	0,00	37 073 740,46
Ativos intangíveis	312 473,16	0,00	0,00	312 473,16
Investimentos em curso	2 278 942,40	0,00	0,00	1 486 541,27
TOTAL	41 299 752,29	25 129,10	0,00	41 274 623,19

Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 14 - Inventários

Ativo	Quantia escriturada	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 989,35	0,00	6 989,35
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	6 989,35	0,00	6 989,35



Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 15 - Rendimentos com Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas específicas das autarquias locais	126 237,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	7 702,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	2 915,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços específicos das Autarquias locais	158 035,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessões	144 969,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercados e feiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refeições escolares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços recreativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vistórias e ensaios	1 933,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguer de espaços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	5 2018,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	71 994,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas/Concessões					
Rendimentos em investimentos não financeiros	248 534,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	20 071,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras não especificados	581 891,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 369 509,12	0,00	0,00	0,00	0,00



Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro16 - Rendimentos sem Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	39 842,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	518 324,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto único de circulação	107 752,53	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indiretos					
Impostos Indiretos específicos das Autarquias Locais	111 861,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	125 012,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	196,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	5 122 127,53	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	-1 263,78	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Social	63 487,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	13 685,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Resto do Mundo	267 383,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões					
De provisões	36 219,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	541 731,51	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6 946.360,78	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No exercício de 2022 as provisões para riscos e encargos foram reduzidas no montante líquido de 36.219,00€, relativamente à decisão favorável no processo 111/18.6BECTB – Coima AT – Processo de Reembolso IVA2017, à redução de 12.000,00€ nas coimas nos processos ARHC.DAAF.00083.2018 e ARHC.DAAF.00128.2018, ambos intentados pela Agência Portuguesa do Ambiente



Paralelamente as provisões para riscos e encargos foram reforçadas em 109.900€, devido a uma nova ação do Centro Nacional de Cibersegurança e à criação de uma provisão relativa ao possível pagamento à Geopark Estrela.

Quadro17 – Provisões

N.º do Processo	Autor	Valor
750/15.7BECTB	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	1.978.357,15
301/14.0BECTB		
745/14.8BECTB		
418/15BECTB		
535/16.3BECTB		
523/17.2BECTB		
268/18.6BECTB		
27/15.8BECTB	José Francisco Caseiro	50 706,89
465/14.3BECTB	Recilead, Lda.	90 385,09
ARHC.DAAF.00083.2018	Agência Portuguesa do Ambiente	12 000,00
ARHC.DAAF.00128.2018	Agência Portuguesa do Ambiente	12 000,00
24344/2018	Entidade Reg. dos Serviços de Águas e Resíduos	1 250,00
62/2019PCOPF	Direção Regional Agricultura e Pescas do Centro	750,00
ARHC.DAAF.00035.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
ARHC.DAAF.00033.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
ARHC.DAAF.00166.2020	Agência Portuguesa do Ambiente	24 000,00
ARHC.DAAF.00090.2021	Agência Portuguesa do Ambiente	24.000,00
359/21.6EACBR	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	2.750,00
359/21.6EACBR	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	250,00
19/2023	Centro Nacional de Cibersegurança	10.000,00
	Geopark Estrela	99.900,00
TOTAL		2.354.349,13



A Sociedade de Águas do Zêzere e Côa (agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.), reclama uma dívida do Município de Fornos de Algodres. No entanto o Município continua sem reconhecer a totalidade desse Passivo, existindo um diferendo entre a empresa Águas do Zêzere e Côa, SA (AZC) (agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo) e os municípios integrantes do sistema Multimunicipal.

Do processo instaurado em Tribunal Arbitral em que o Município de Fornos de Algodres é co Requerente juntamente com outros Municípios, e na qual é Requerida a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., e no qual se visa obter o reconhecimento da existência do acordo assumido pela então Águas do Zêzere e Côa, SA, com o aval da Águas de Portugal, no sentido de aquela ser condenada a reconhecer o acordo celebrado em Fornos de Algodres com influencia no preço dos efluentes a tratar processo, foi proferida decisão, no dia 23 de janeiro de 2023, que deu razão à pretensão dos Municípios mas que ainda não transitou em julgado

Não foram constituídas provisões para os restantes processos em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Fornos de Algodres, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas e a probabilidade de existirem exfluxos é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato

A preparação das demonstrações financeiras teve início em março e vai até à data de aprovação pelo órgão executivo, a ter lugar em abril de 2023.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

O ano de 2022 marca o início da Guerra da Ucrânia. No que se esperava ser o primeiro ano de recuperação pós-COVID-19, o mundo assistiu em choque à invasão da Ucrânia pela Rússia, o que teve como consequência a natural degradação do comércio mundial. A Ucrânia, responsável por 10% a 15% da produção mundial de alguns dos principais cereais, viu grande parte do seu território destruído, e vive atualmente uma alteração demográfica provocada pelo recrutamento obrigatório da população masculina. Por sua vez, as sanções impostas à Rússia pelos principais mercados internacionais conduziram a retaliações, nomeadamente ao corte do abastecimento de combustível e gás ao Ocidente. A destruição da Ucrânia e a exclusão económica da Rússia fizeram disparar os preços mundiais,



O Município de Fornos de Algodres sofreu impactos negativos ao nível dos gastos, tendo verificado o aumento dos preços dos combustíveis/gás e de outras matérias-primas e materiais de construção (aumento do valor das empreitadas, revisões de preços extraordinárias).

De salientar que a entidade tem a sua continuidade assegurada.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

18.2.1. Fornecedores/clientes, contribuinte e utentes/outras contas a receber e a pagar/diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:



Rúbricas do Ativo	2022	2021	Variação 2022-2021
Ativo Corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	57 377,37	58 626,55	-1 248,18
Cliente, contribuintes e utentes	112 587,10	113 158,64	-571,54
Outras contas a receber	973 759,53	859 570,48	114 189,05
Passivo não corrente			
Provisões	2 354 349,13	2 280 668,13	73 681,00
Financiamentos Obtidos	25 453 313,73	26 159 912,97	-706 599,24
Outras contas a pagar	132 631,35	106 402,47	26 228,88
Passivo Corrente			
Fornecedores	41 144,82	13 425,40	27 719,42
Estado e outros entes públicos	35 336,94	41 334,66	-5 997,72
Financiamentos Obtidos	706 599,24	706 599,24	0,00
Fornecedores de investimentos	98 771,42	4 219,44	94 551,98
Outras contas a pagar	432 250,91	450 084,30	-17 883,39

A informação agora apresentada teve o cuidado de reconhecer em 2022, e no ano comparativo, no passivo corrente todos os valores que serão reconhecidos no prazo máximo de 12 meses e no passivo não corrente todos aqueles que ultrapassam essa previsão de reconhecimento.

Assim, no fundo, as contas a receber e a pagar e de diferimentos respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das participações.

A conta dos "Clientes, contribuintes e utentes" respeita essencialmente a dívidas dos munícipes e a conta "Fornecedores" respeita a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços e compras realizadas pelo Município.

18.2.2 Participações Financeiras

Rúbrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Participações financeiras - custo										
Investimentos noutras entidades										
Participações de Capital										205 659,00
- FAM - Fundo de Apoio Municipal	205 659,00									
Outras Participações de Capital										116 550,00
- Águas do Zêzere e Côa	116 550,00									
- RESISTRELA	49 370,00									
- Terras Serranas, SA	22 500,00									
- Fornos Vida, SA	7 500,00									
- CESAB	16 000,00									
Total	417 579,00									417 579,00

18.2.3 Transferências e subsídios concedidos

Nas transferências e subsídios concedidos refletidos nos resultados do exercício de 2022, os valores são os abaixo mencionados.

Descrição	Valor
Transferências Correntes	605 754,04
Transferências de Capital	90 000,00
Subsídios	0,00
Outros	0,00

Nota 19 - Benefícios dos Empregados

19.1 Benefícios Definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo.

Todo o pessoal ao serviço foi remunerado de acordo com as funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável ao Município.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação de resultados.

O resultado líquido do período de 2022, no montante de (-) 486.237,04€ será aplicado em:

- Resultados transitados – (-) 486.237,04€

23.2 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:



Rúbricas do Ativo	2022	2021	Variação 2022/21
Estado e outros entes públicos	7 307,28	6 215,52	3 109,58
Rúbricas do Passivo	2022	2021	Variação 2022/21
Estado e outros entes públicos	35 336,94	41 334,66	2 964,90

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social e CGA evidenciam as retenções contribuições efetuadas no mês de dezembro 2022 e pagas em janeiro 2023.

Todos os saldos apresentados encontram-se dentro dos prazos legais para o seu pagamento, não tendo o Município quaisquer dívidas em mora ao Estado, CGA e à Segurança Social.

23.3 Património Líquido

Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no período em cada uma das rubricas do património líquido:

Rúbricas do Ativo	2022	2021	Variação 2022-21
Património /Capital	3 901 527,41	3 901 527,41	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-6 573 911,51	-6 499 488,41	--74 423,10
Outras variações no Património Líquido	13 775 993,45	8 506 028,05	5 269 965,40
Resultado líquido do período	- 486 237,04	151 945,75	-638 182,79
Total do Património Líquido	10 617 372,31	6 060 012,80	4 557 359,51

O património líquido passou a totalizar 10.617.372,31€, sendo que importa relevar o montante expresso na conta de "Outras variações no Património Líquido".



Rúbricas	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Património /Capital	3 901 527,41	0,00	0,00	3 901 527,41
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-6 499 488,41	0,00	-74 423,10	-6 573 911,51
Outras variações no Património Líquido	8 506 028,05	5 269 965,40	0,00	13 775 993,45
Resultado líquido do período	151 945,75	0,00	-638 182,79	-486 237,04
Total do Património Líquido	6 060 012,80	5 269 965,40	-712 605,89	10 617 372,31

23.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2022	31-12-2021
Subcontratos e parcerias	647 951,77	564 546,95
Serviços especializados	680 106,73	438 121,62
Materiais	197 477,91	121 047,65
Energia e Fluidos	569 804,34	410 294,55
Deslocações, estadas e transportes	11 067,75	11 452,55
Serviços diversos	455 521,56	331 600,64
Total.....	2 561 930,06	1 877 063,96

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

81
M

Anexo às Demonstrações Orçamentais

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

1 – Alterações Orçamentais da Receita

Anexo X - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

2 – Alterações Orçamentais da Despesa

Anexo XI - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

3 - Alterações ao Plano ao Plano Plurianual de Investimentos

Anexo XII - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

4 – Operações de Teouraria

Anexo XIX – Operações de tesouraria

5 – Contratação Administrativa

Anexo XX – Mapa da Contratação Administrativa

6 – Transferências e Subsídios

Anexo XXI – Transferências e Subsídios Concedidos

Anexo XXII – Mapa dos Benefícios Obtidos

Anexos:

Anexo I – Demonstração das alterações no Património Líquido

Anexo II – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo III – Caracterização da Entidade

Anexo IV– Organograma

Anexo V– Empréstimos Obtidos

Anexo VI – Imparidade de Ativos

Anexo VII - Orçamento Inicial para 2022

Anexo VIII - Orçamento Inicial Grande Opções do Plano

Anexo IX - Demonstração do Desempenho Orçamental

Anexo X - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Anexo XI - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa



- Anexo XII - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)
- Anexo XIII - Execução anual das Grandes Opções do Plano (GOP)
- Anexo XIV - Execução anual das Atividades mais Relevantes (AMR)
- Anexo XV - Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)
- Anexo XVI – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alterações Orçamentais da Receita
- Anexo XVII – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alterações Orçamentais da Despesa
- Anexo XVIII – Anexo às Demonstrações Orçamentais – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos
- Anexo XIX – Operações de tesouraria
- Anexo XX – Mapa da Contratação Administrativa
- Anexo XXI – Transferências e Subsídios Concedidos
- Anexo XXII – Mapa dos Benefícios Obtidos
- Anexo XXIII – Síntese das Reconciliações Bancárias
- Anexo XXIV – Parecer do Revisor



Anexo I

Município de Fornos de Algodres

Ano: 2022

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transfidos	Ajusta-mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	3 901 527,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 499 488,41	0,00	0,00	8 506 028,05	151 945,75	6 060 012,80	0,00	6 060 012,80
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-389 255,84	0,00	-389 255,84	0,00	-389 255,84
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151 945,75	0,00	0,00	5 659 221,24	-151 945,75	5 659 221,24	0,00	5 659 221,24
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151 945,75	0,00	0,00	5 269 965,40	-151 945,75	5 269 965,40	0,00	5 269 965,40
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-486 237,04	-486 237,04	0,00	-486 237,04
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-638 182,79	4 783 728,36	0,00	4 783 728,36
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-226 368,85	0,00	0,00	0,00	0,00	-226 368,85	0,00	-226 368,85
Subscrições de prémios de emissão	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	3 901 527,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 573 911,51	0,00	0,00	13 775 993,45	-486 237,04	10 617 372,31	0,00	10 617 372,31



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'P' and other illegible marks.

Anexo II

Município de Fornos de Algodres

Valores em €

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		449 736,84	387 394,01
Recebimentos de clientes		811 582,20	716 300,35
Recebimentos de contribuintes		5 070 853,93	5 650 190,22
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 236,30	
Recebimentos de utentes		-2 865 912,39	-2 044 034,68
Pagamentos a fornecedores		-1 831 697,24	-1 877 776,28
Pagamentos ao pessoal			
Pagamentos a contribuintes / Utentes		-1 940 668,17	-1 427 606,63
Pagamentos de transferências e subsídios		-114 016,70	
Pagamentos de prestações sociais		-410 885,23	1 404 466,99
Caixa gerada pelas operações			
Recebimento do imposto sobre o rendimento		159 640,81	126 546,66
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-1 137 281,81	-1 684 746,84
Outros recebimentos			
Outros pagamentos		-1 388 526,23	-153 733,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-335 301,35	-546 781,10
Ativos intangíveis		-64 093,16	-22 048,87
Propriedades de investimento			-27 380,42
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		225 057,46	225 314,87
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			151 347,07
Subsídios ao investimento		1 077 531,67	499 089,00
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares		4 032,91	
Dividendos		907 227,53	279 540,55
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 374 884,30	1 249 076,94
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período		1 374 884,30	1 249 076,94
= Saldo da gerência anterior		1 266 470,60	1 139 766,27
De execução orçamental			



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

Anexo III



MODELO 8.1 - Caracterização da entidade

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	
1. Identificação	
1.1 Designação	Câmara Municipal de Fornos de Algodres
1.2 Contactos oficiais	
1.2.1 Endereço postal (arruamento, código postal e localidade)	Estrada Nacional 16, Apartado 15, 6370-999 FORNOS DE ALGODRES
1.2.2 Endereço de correio eletrónico	geral@cm-fornosdealgodres.pt
1.2.3 Telefone	271700060
1.2.4 Endereço da página na internet	www.cm-fornosdealgodres.pt
1.3 NIPC	505592959
1.4 Código de atividade económica (CAE)	84113
1.5 Missão/objeto social	Administração Local
1.6 No ano em apreço a entidade esteve	Em atividade
2. Enquadramento	
2.1 Enquadramento no Sector Público	Administração Autárquica
2.2 Forma jurídica / tipo societário	Câmara Municipal de Fornos de Algodres
2.3 Para as entidades criadas ao abrigo do Código Civil/Código das Sociedades comerciais:	
2.3.1 Data da escritura de constituição / contrato de sociedade ou diploma de criação	
2.3.2 Estatutos/acordos parasociais e respetivas alterações até ao ano n-1	
2.3.3 Alterações aos estatutos / contrato de sociedade ou acordos parasociais ocorridas no ano em apreço	
2.4 É entidade pública reclassificada de acordo com as listas anuais do INE	

[Handwritten signature and initials in blue ink]

MODELO 8.2 - Caracterização da entidade (AL)

IDENTIFICAÇÃO		CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	
1.	Designação	Município de Fornos de Algodres	
	NIPC	505 592 959	
	Natureza	Entidade Pública <input checked="" type="checkbox"/>	
	Endereço postal	Estrada Nacional 16, Apartado 15, 6300-999 Fornos de Algodres	
	Telefone / Fax	271700060 / 271700068	
	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-fornosdealgodres.pt	
	Sítio na internet	www.cm-fornosdealgodres.pt	
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?		Sim
	Organograma		
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro	Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e respetivas alterações	
	Regime Jurídico	Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas alterações	
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim	Não
	Serviços Municipalizados		
	(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)		
	Serviços Intermunicipalizados		<input checked="" type="checkbox"/>
	Entidades Intermunicipais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Entidades Associativas Municipais	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Empresas Locais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Empresas Participadas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cooperativas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Fundações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Entidades de outra natureza	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Águas de Vale do Tejo, S.A		
	Influência dominante		0,44%

Handwritten signatures and initials in blue ink.

6.

ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA**1. Regime Financeiro**

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece, o Regime Financeiro das Autarquias Municipais e Entidades Intermunicipais. Nos termos deste diploma legal:

- O Município de Fornos de Algodres possui património e finanças próprias, cuja a gestão compete aos respetivos órgãos (n.º 1 do art.º 6);
- Os princípios fundamentais estão estabelecidos nos artigos 3.º a 13.º, as regras orçamentais nos artigos 40.º a 47.º e os poderes tributários no artigo 15.º;
- No capítulo III do Título II está defenida a repartição dos recursos públicos entre o estado e autarquia;
- As demonstrações financeiras foram preparadas, pela 1.ª vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP relevantes para o Município).
- O Município de Fornos de Algodres celebrou um contrato de prestação de serviços com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Marques de Almeida e J. Nunes & Simões SROC (art.º 77.º).

2. Descrição das características do Sistema Informático

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Fornos de Algodres relacionados com a contabilidade são:

Sistema de Normalização Contabilística (SNC), Sistema de Tesouraria (SNT), Sistema de Normalização do Património (SNP), Sistema de Processos de Obras (SPO), Sistema de Gestão de Pessoal (SGP), Sistema de Taxas e Licença (TAX) e Sistema de Gestão de Faturação (SGF), Mydoc - Gestão Documental da AIRC (Associação Informática da Região Centro).

7. OUTRA INFORMAÇÃO**7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)**

Entidade fiscalizadora

IGF, IGAT e TC

Data da ação

Período abrangido

Identificação da ação

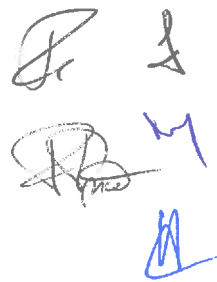
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS

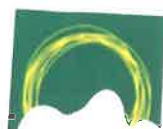
	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	10/07/2002	12/09/2002
	17/05/2006	22/06/2006(alteração)
	06/12/2010	16/12/2010(alteração)
	29/11/2012	12/12/2012(alteração)
	17/02/2023	28/02/2023 (alteração)
	09/02/2023	
	30/05/2017	
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		
Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho		
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		

[1] Anexar no separador "Outros documentos" cópia da ata onde conste a deliberação para fixação do número de vereadores.

[2] Anexar no separador "Outros documentos"

[3] Anexar no separador "Outros documentos" os Estatutos aprovados e demais alterações

Handwritten signatures in black and blue ink, arranged in two columns. The left column contains two signatures, and the right column contains three signatures.



**FORNOS DE
ALGODRES**

MUNICÍPIO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

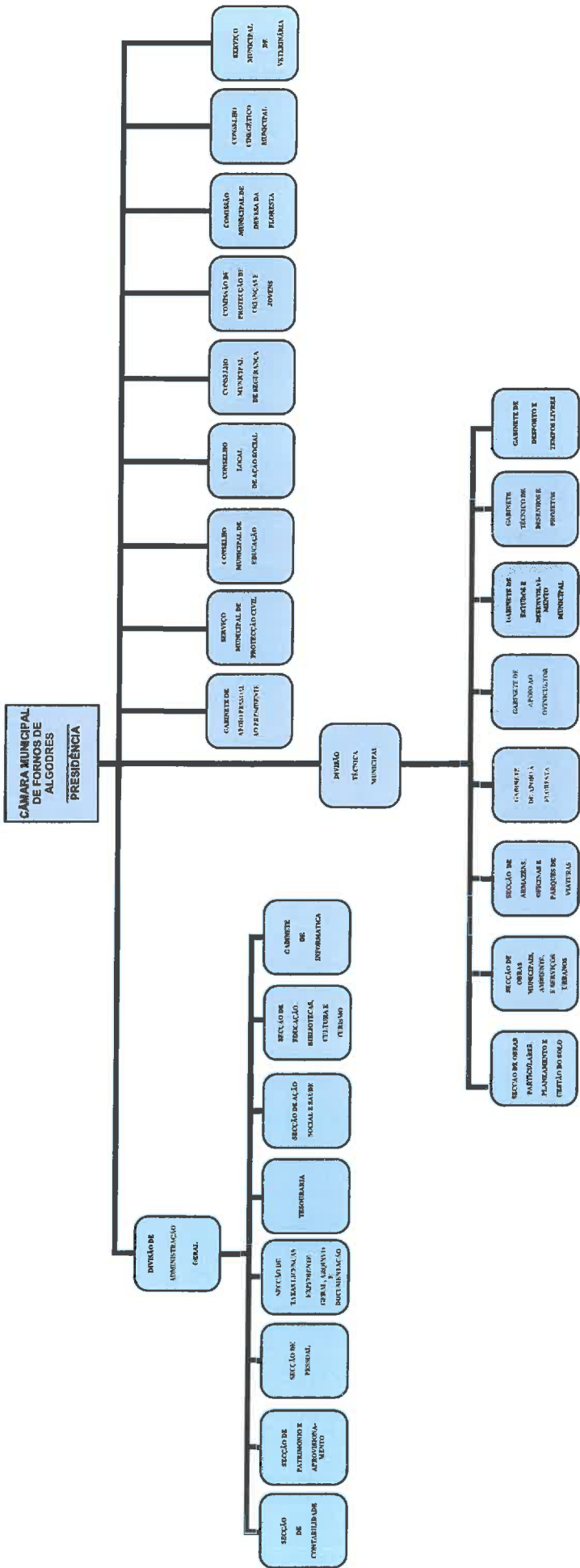
Modelo 8.3 - Caracterização da Entidade (Setor Empresarial Local)



1	Designação	Câmara Municipal de Fornos de Algodres
	Contactos oficiais	
	Endereço postal	
2	Arruamento	Estrada Nacional 16, Apartado 15
3	Código postal	6370-999
4	Localidade postal	Fornos de Algodres
5	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-fornosdealgodres.pt
6	Sítio na internet	www.cm-fornosdealgodres.pt
7	Telefone	
8	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	271700060
9	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (Código e Designação)	505592959 CAE 84113 - Administração Local
10	Data de Constituição	
11	Tipo de Sociedade	
12	Entidades que exercem influência dominante na sociedade	
14	Âmbito territorial	
15	Objeto social	
16	Foi reclassificada nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental	S
17	É emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado	N
18	Dispõe de órgão de auditoria interna	S
19	Possui procedimentos de controlo interno	S
20	Foi efetuada cobertura de prejuízos nos termos do artigo 35.º do CSC	N
21	Recebeu transferência financeira de reequilíbrio de contas prevista no n.º 2 do art. 40.º da Lei n.º 50/2012	S
22	Alterou a composição dos órgãos executivo, deliberativo ou de fiscalização	S
23	Verificaram-se alterações no capital social, nas entidades participantes ou na respetiva participação	N
24	Verificaram-se atualizações de Estatutos, no contrato de sociedade, em acordos parassociais ou de reequilíbrio financeiro?	N
25	Situação da sociedade (em atividade; em dissolução; em liquidação; em fusão; em cisão; em transformação; em alienação; em integração; em internalização, outra)	Em atividade
26	É entidade pública concedente?	Não
27	É entidade concessionária /subconcessionária (pública)?	Não
28	É entidade concessionária /subconcessionária (privada)?	Não

Nota: Anexar procedimentos de controlo interno, caso existam



Handwritten signatures in black and blue ink, including a large blue signature at the bottom right.





**FORNOS DE
ALGODRES**
MUNICÍPIO

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

Anexo V

8 - Mapa de empréstimos



Mapa de Empréstimos - Algodres
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023

Tipo	Identificação do emissor		Data de contratação do empréstimo	Prazo de validade do empréstimo	Alc. do empréstimo	Valor do TIC		Funct. de empréstimo	Cautela	Regime de Amortização												
	M. C. de origem	Nome da instituição				Valor	Data			Taxa	Amortização de capital	Amortização de juros	Opção em juros	Opção em taxa	Margem para taxa de juros	Opção em taxa	Opção em juros					
Curo Prazo																						
Total CP																						
Médio e Longo Prazo																						
Não Jantus																						
SubTotal																						
Médio e Longo Prazo Jantus																						
SubTotal																						
Total M.L.P																						
Total Geral																						

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a suportar;
 (b) Para efeitos de cálculo, deverá tomarse por referência os valores em dívida em 01/01/2014, consoante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas;
 (c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom left of the page.



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

Anexo VI

2022

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	137 716,20	25 129,10	0,00	112 587,10
Total:	137 716,20	25 129,10	0,00	112 587,10



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

Anexo VII

Município de Fornos de Algodres

Orçamento Inicial para 2022

RECEITAS		
Económica	Designação	Previsão
RECEITAS CORRENTES		7 149 528,22
01	Impostos directos	690 404,60
0102	Outros	690 404,60
010202	Imposto municipal sobre imóveis	513 143,00
010203	Imposto único de circulação	102 968,00
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	45 848,60
010205	Derrama	28 445,00
02	Impostos indirectos	6 200,00
0202	Outros	6 200,00
020206	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	6 200,00
02020601	Mercados e feiras	2 500,00
02020602	Loteamentos e obras	300,00
02020603	Ocupação da via pública	100,00
02020605	Publicidade	1 000,00
02020699	Outros	2 300,00
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	1 500,00
0202069999	Outros	800,00
04	Taxas, multas e outras penalidades	124 739,00
0401	Taxas	121 434,00
040123	Taxas específicas das autarquias locais	121 434,00
04012301	Mercados e feiras	12 000,00
04012302	Loteamentos e obras	6 500,00
04012303	Ocupação da via pública	1 000,00
04012399	Outras	101 934,00
0401239903	Taxa Manutenção de Rede	93 434,00
0401239999	Outras	8 500,00
0402	Multas e outras penalidades	3 305,00
040201	Juros de mora	1 205,00
040202	Juros compensatórios	1 000,00
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	100,00
040299	Multas e penalidades diversas	1 000,00
05	Rendimentos da propriedade	240 502,23
0502	Juros-Sociedades financeiras	100,00
050201	Bancos e outras instituições financeiras	100,00
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	3 500,00
050799	Outras	3 500,00
0510	Rendas	236 902,23
051001	Terrenos	100,00
051003	Habitações	8 156,00
051004	Edifícios	5 646,23
051005	Bens de domínio público	222 000,00
051099	Outros	1 000,00
06	Transferências correntes	5 531 575,05
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1 400,00
060102	Privadas	1 400,00
0603	Administração central	5 489 108,29
060301	Estado	5 010 004,44
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 113 169,00
06030102	Fundo Social Municipal	90 620,00
06030103	Participação fixa no IRS	102 138,00
06030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	599 347,59
06030107	Participação no IVA - Art. 26º-A da Lei nº 73/2013	33 570,00
06030199	Outras	71 159,85
060306	F.S.E. -Particip.projectos co-financiados	463 074,57